

Especialistas divergem sobre resultados da medida

Velloso propõe terceirizar dívida e Gandra diz que não há garantia de recebimento em curto prazo

Os resultados que o governo pode obter com a inscrição na Dívida Ativa da União de R\$ 30 bilhões em impostos devidos e não pagos divide a opinião de especialistas. Para o economista Raul Velloso, a aceleração da cobrança pode ser uma boa maneira de abater dívida pública. Quando ajudou o governo a formular o Plano Real, ele propôs a transferência desses créditos para um fundo que reuniria os ativos da União, como ações e créditos a receber, para reduzir a dívida pública.

Velloso acredita, porém, que a melhor maneira de acelerar a cobrança é terceirizá-la. Ele acha que uma opção da qual o governo poderá lançar mão é a securitização de recebíveis. Por esse mecanismo, os órgãos públicos poderiam emitir papéis referentes aos créditos que têm a receber. Esses títulos poderiam ser vendidos no mercado secundário, com desconto. Dessa forma, o governo aceleraria o ingresso desses recursos em seu caixa e deixaria a cobrança a cargo dos detentores dos papéis.

**JUSTIÇA
FEDERAL TEM
400 VAGAS EM
ABERTO**

Para o jurista Ives Gandra, a medida não significa a garantia de recebimento de recursos a curto prazo. Ele explica que caberá à Justiça decidir se os contribuintes em questão devem realmente os respectivos valores que estão sendo cobrados.

“Quando o governo afirma que vai elevar o total da dívida ativa da União para R\$ 100 bilhões, valor que equivale ao total dos tributos federais arrecadados em 97, não significa que arrecadará toda essa quantia, pois boa parte dela é questionável e algumas dívidas são até inconstitucionais”, afirma Gandra.

Depois de esgotados os recursos dos processos administrativos, segundo o jurista, nada resta a fazer a não ser inscrever os valores na dívida ativa para cobrança judicial. “Isso deverá provocar uma avalanche de processos e pode melhorar o caixa do governo, mas muitos

processos serão perdidos”.

O ex-ministro Mailson da Nóbrega também diz que o efeito da medida é incerto e o governo não deve contar com isso para aumentar a arrecadação. “Por várias vezes, diferentes governos tentaram melhorar o ajuste fiscal com a cobrança ou ampliação das dívidas ativas, mas os resultados foram inexpressivos”. (Lu Aiko Otta, Cley Scholz e Cleide Silva)